

## O 8 DE MARÇO NA HISTÓRIA: entre resistências e lutas, combinando “Ls”

EL 8 DE MARZO EN LA HISTORIA: entre resistencias y luchas, combinando  
“Ls”

MARCH 8 IN THE HISTORY: between resistance and struggle, combining  
“Ls”

Mary Garcia Castro<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-4774-3130>

Samantha Lodi-Corrêa<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-8507-0574>

Rita de Cássia Fraga Machado<sup>3</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-7385-3771>

### Resumo

O presente artigo tem como tema o “8 de março” pensando o início de sua comemoração e seu cenário atual como oposição ao local social estabelecido à mulher e naturalizado como tal. Seu objetivo é refletir sobre a consolidação do Dia Internacional da Mulher como um evento internacional de resistência feminina, que se afirma na luta das socialistas no início do século XX, após a Revolução Russa, e que volta neste século XXI, diante da organização de vários feminismos unidos à esquerda, a pautar suas lutas sem permitir qualquer retrocesso. Ao contrário, o movimento feminista quer ir além. Mais direitos fundamentais são reivindicados. Mulheres de luta, mulheres que utilizam as letras, que ocupam os espaços públicos para exigirem liberdade nesta sociedade heteronormativa e patriarcal, que ainda sufoca as vozes femininas, que age com violência, que mata. Utilizou-se como metodologia de pesquisa o levantamento bibliográfico e documental contextualizado em seus períodos. Defende-se a propriedade de uma frente ampla de feminismos críticos ao capitalismo, o que vem se afirmando na América Latina.

---

<sup>1</sup> Phd em Sociologia; Doutora em Sociologia; professora aposentada Universidade Federal da Bahia (UFBA); pesquisadora Flacso-Brasil. E-mail: castromg@uol.com.br

<sup>2</sup> Doutora e mestre em Educação pela Unicamp na área de Filosofia e História da Educação; Pedagoga pela Facha; Licenciada em História pela Unifran; bacharel em Comunicação Social pela Unesp. Professora nas Faculdades Integradas Maria Imaculada e professora substituta na Unesp (2021) campus Presidente Prudente. Membro do Coletivo de MULheres Maria Lacerda de Moura. E-mail: samantha1.lodi@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Educação; Rede Brasileira de Mulheres Filósofas UNESCO - Rede de Mulheres Filósofas da América Latina; Vice-Coordenadora do PPG em Educação UEA/AM. Universidade do Estado do Amazonas - CEST/UEA. E-mail: rmachado@uea.edu.br.

### Como referenciar este artigo:

CASTRO, M. G.; LODI-CORRÊA, S.; MACHADO, R. C. F.. O 8 de março na história: entre resistências e lutas, combinando “Ls”. **Revista Pedagógica**, v. 23, p. 1-21, ano 2021.

DOI <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v22i0.6488>

**Palavras-chave:** Mulher. Emancipação da mulher. Direitos da mulher. Feminismo.

#### **Resumen**

El tema de este artículo es el "8 de marzo" pensando en el inicio de su conmemoración y su escenario actual como oposición al lugar social establecido a la mujer y naturalizado como tal. Su objetivo es pensar en la consolidación de este día internacional de la mujer como un evento internacional de resistencia femenina que se afirma en la lucha de los socialistas a principios del siglo XX, después de la Revolución Rusa y que regresa en este siglo 21, ante la organización de diversos feminismos unidos a la izquierda, para guiar sus luchas sin permitir ningún contratiempo. Por el contrario, el movimiento feminista quiere ir más allá. Se reivindican derechos más fundamentales. Mujeres de lucha, mujeres que utilizan las letras, que ocupan los espacios públicos para exigir su libertad en esta sociedad heteronormativa y patriarcal, que sigue asfixiando las voces femeninas, que actúa con violencia, que mata. La metodología fue la investigación de la encuesta bibliográfica y documental contextualizada en sus períodos. Se defiende la propiedad de un amplio frente de feminismos críticos al capitalismo, que se viene afirmado en América Latina.

**Palabras clave:** Mujer. Emancipacion de la mujer. Derechos de la mujer. Feminismo.

#### **Abstract**

The theme of this article is the "8th of March". It is discussed the beginning of its commemoration and its current scenario in opposition to the social place established to women and naturalized as such. Its goal is to present of the consolidation of this international day of women as an event of international female resistance that asserts itself in the struggle of the Socialists in the early twentieth century, after the Russian Revolution. A perspective that returns in this 21st century, taking into account the organization of various feminisms related to the left, to guide their struggles without allowing any setback. On the contrary, the feminist movement wants to go further. More fundamental rights are claimed. Women who struggle, women who use lyrics, who occupy the public spaces to demand their real freedom in this heteronormative and patriarchal society, which still suffocates female voices, which acts with violence, that kills. The methodology was the research of bibliographic and documentary sources contextualized in its periods. The property of a broad front critical of capitalism feminisms is defended, and it is defended that it is in process in Latin America.

**Keywords:** Women. Women's Emancipation. Women's Rights. Feminism.

## **INTRODUÇÃO**

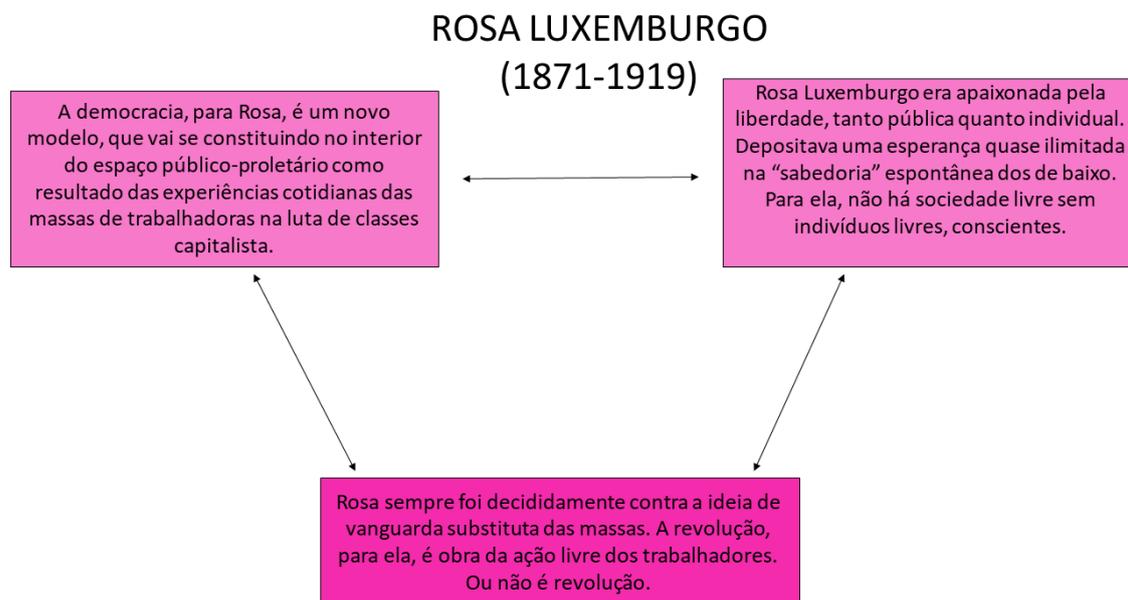
O 8 de março de 2021 se singulariza por combinar vários "Is". Um triste 'I' de corpo em luto, e aqui fica o sentimento por tantas vidas perdidas em uma pandemia agravada pelo descuido com a vida e pelo descaso com o sistema de saúde por parte do atual governo federal.

Mas o 8 de março também resgata alegrias, como o 'l' de corpo em/por letras, simbolizado pela crescente presença das meninas e das jovens na escola, em especial negras e de povos originários, e pela visibilidade da escrita de mulheres, inclusive em feminismos críticos. Nesta linha, viva o reconhecimento, pela Universidade, de Carolina Maria de Jesus, escritora, catadora de papéis, favelada, que, entre outras obras, legou às letras o famoso *Quarto de despejo*. Neste ano, ela foi consagrada doutora *honoris causa* pela UFRJ.

Há que também saudar a ampliação da mobilização crítica acionada por mulheres. É o 'l' de lata, o bate-panela, é o 'l' de luta em resistências, em defesa do seu corpo, da vida, da democracia. Ganha visibilidade um corpo racializado, materializado na classe, marcado por desigualdades, sujeito a violências patriarcais, que cada vez mais protesta em múltiplas frentes, batendo panelas, nas ruas, em redes sociais, ou seja, em lutas que reúnem agendas que focalizam direitos e estruturas como as que reproduzem o colonialismo/racismo, o patriarcado e o capitalismo. Pipocam manifestações, por *lives*, *zaps* e em outras formas, de vários coletivos de mulheres, como as do povo do axé, do trabalho doméstico organizado, do campo da arte, entre outros. Elas resistem, visibilizam-se, promovem campanhas de solidariedade para o enfrentamento da pandemia, da fome, estão nas quebradas. Insistimos: o movimento feminista popular, comunitário, de base e crítica se agiganta.

Mas, antes de tal reflexão, apresentamos algo de resgate dessa data, tirando o 8 de março do sequestro do mercado. Mais que dia de louvar uma mulher abstrata, o 8 de março traz uma história que se origina no campo socialista e que está sendo hoje renovada em mobilizações que sugerem buscas pela modelação de um socialismo libertário – vejam outro 'l', que se combina com o 'l' de liberdade do eu mulher, do eu sujeito, do nós comunidade, do nós sociedade, e por aí, por cuidado com a natureza, com a casa planeta Terra.

Para Rosa Luxemburgo, há uma inter-relação entre democracia e liberdade. Vejamos:



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

É nessa inter-relação que aparece e faz sentido a famosa frase sobre a *Freiheit der Andersdenkenden* (liberdade de quem pensa de maneira diferente):

Liberdade somente para os partidários do governo, somente para os membros de um partido – por mais numerosos que sejam, não é liberdade. Liberdade é sempre a liberdade de quem pensa de maneira diferente. Não por fanatismo da 'justiça', mas porque tudo quanto há de vivificante, de salutar, de purificador na liberdade política depende desse caráter essencial e deixa de ser eficaz quando a 'liberdade' se torna um privilégio. (LOUREIRO apud LUXEMBURGO, 2018, p, XIII).

Rosa Luxemburgo defendeu ainda a liberdade de crítica. Por muito tempo, tentaram impedir a possibilidade de conceder a cada um a liberdade de crítica, de expor sua opinião sobre algo, de pertencer ou não pertencer a um partido. Ela fez acreditar que pode existir, um dia, uma sociedade socialista, uma sociedade em que as pessoas não precisem mais ser oprimidas pelo capitalismo.

**10 DE MARÇO – UM POUCO DE HISTÓRIA**

São muitas as versões para a institucionalização do 8 de março como o dia internacional para comemorar os direitos das mulheres. Ficamos com a narrativa de que o 8 de março é uma data com uma história própria, inaugurada, insistimos, no campo socialista. Ou seja, sem a roupagem que lhe impõe o mercado.

Mercado que se apropriou da data em termos mais comemorativos, incentivando o consumismo, reforçado por propagandas principalmente televisivas a partir dos anos 1980 e 1990, com a figura da mulher frágil, retomando estereótipos do que é ser mulher. Tanto que vemos, há alguns anos, um combate por parte de feministas em relação ao presente mais simbólico instituído pelo mercado, que é a flor. Flor sem consciência da situação da mulher, flor com abuso, flor com violência: “Não! Não queremos presentes, queremos ‘somente’ direitos iguais na prática”.

O 8 de março foi instituído internacionalmente como data comemorativa pela ONU em 1975, no Ano Internacional da Mulher, para reforçar as conquistas femininas. Contudo, tem raízes mais profundas, entrelaçadas com o fortalecimento do movimento de mulheres socialistas.

Ana Isabel González (2010), retomando estudos como os de Renée Côté (1984), desmistifica a ideia de um 8 de março como reação ao incêndio na fábrica *Triangle Shirtwaist Company*. Tanto a versão de 1857 quanto a de 1908 são falsas, assim como não houve greve em março de 1908. Provavelmente, essas versões foram criadas nos EUA, por volta de 1955, justamente para apagar a relação da data com as mulheres socialistas (KANDEL; PICS, 1982 apud GONZÁLEZ, 2010).

Quando se fala em comemoração do dia da mulher, a alemã Clara Zetkin (1857-1933) aparece como figura central. Em 1907, durante o Congresso da Segunda Internacional, em Stuttgart, foi organizada a Primeira Conferência das Mulheres Socialistas. Ao mesmo tempo em que Clara Zetkin conseguiu aprovar, dentro do partido, uma mais ampla e uniforme plataforma pelos direitos da mulher, traçou uma divisão entre o feminismo burguês e o movimento das mulheres socialistas. Embora ambos estivessem pensando no sufrágio universal, as primeiras queriam seu lugar de igualdade jurídica dentro da ordem vigente, enquanto as socialistas tinham consciência de que o voto não eliminaria a situação de opressão gestada pela sociedade capitalista e estavam nessa luta lado a lado com os homens socialistas (GONZÁLEZ, 2010).

A Segunda Conferência Internacional de Mulheres Socialistas ocorreu em Copenhague, em 1910. Nela, foi discutida a necessidade de uma data para a criação do “Dia Internacional da Mulher”, proposta por mulheres estadunidenses que, ainda sem data fixa, já falavam sobre um *Woman’s Day*. Considerando as manifestações massivas de mulheres operárias em protestos pelas condições de trabalho às quais eram submetidas nos EUA e na Europa, a proposta foi aceita, mas a data não ficou realmente definida ainda. Por isso, entre 1911 até a Primeira Guerra Mundial, o dia foi comemorado, em países como EUA, Suíça, Dinamarca, Áustria, Suécia, Holanda, França e Rússia, normalmente em março ou na última semana de fevereiro (GONZÁLEZ, 2010).

Ao final da reunião, um documento foi redigido por Clara Zetkin e Käthe Duncker:

Para impulsar la emancipación política de la mujer es deber de las mujeres socialistas de todos los países agitar infatigablemente entre las masas trabajadoras según los principios antes mencionados; ilustrarlas con discursos y literatura sobre la necesidad social y la importancia de la emancipación política del sexo femenino y aprovechar, por tanto, toda oportunidad de hacerlo. Para realizar esa propaganda se deben hacer sobre todo elecciones a todo tipo de organismos políticos y públicos. Caso que las mujeres tengan derecho a votar como tales (órganos administrativos locales y provinciales, tribunales de arbitraje, tribunales de litigios comerciales, seguros de enfermedad del estado), se debe instar a las mujeres a que hagan un uso pleno y razonable de su derecho; si las mujeres no tienen derecho a voto o tienen derecho a voto limitado, las mujeres socialistas deben unirse y guiarlas en la lucha por sus derechos; en cualquier caso, debe hacerse hincapié en la reivindicación de un sufragio femenino político pleno. Se debe proclamar y sustanciar en la manifestación anual del Primero de Mayo (cualquiera sea la forma que asuma) la solicitud de plena igualdad política de los sexos. De acuerdo con las organizaciones políticas y sindicales con conciencia de clase del proletariado de su país, las mujeres socialistas de todas las nacionalidades deben organizar cada año un Día de la Mujer, el cual, ante todo, tiene que promover la agitación por el sufragio femenino. Esta reivindicación debe ser explicada en relación con toda la cuestión de la mujer según la concepción socialista. El Día de la Mujer debe tener un carácter internacional y debe ser preparado cuidadosamente (ZETKIN; DUNCKER, 1910, n.p).

Em 17 de fevereiro de 1913, Alexandra Kollontai publicou, no *Pravda*, o artigo “O dia da mulher”, trazendo para o debate a necessidade de um dia de luta e separando a luta das “feministas” e/ou sufragistas burguesas (mulheres que desejavam os mesmos privilégios que seus pais e maridos) da luta das trabalhadoras que almejavam o fim de todos os privilégios, pois o “patrão”, seja homem, seja mulher, as explorava da mesma forma. “O dia da mulher e todo esforço meticuloso e lento para promover a autoconsciência de classe

nas trabalhadoras não provocam uma cisão, mas uma união de classe operária” (KOLLONTAI, 1913/2017, p.163).

Em artigo publicado em uma revista alemã, intitulado “Na Rússia também haverá um dia da mulher”, Alexandra Kollontai (1914/2017) relembra o ano anterior como um evento político na Rússia, no qual todos os partidos se pronunciaram, uns contra e outros a favor. Afirma, ainda, a preparação para a segunda comemoração de 8 de março (23 de fevereiro na Rússia, que ainda seguia o calendário juliano). Na “ordem do dia”, as mulheres exigem direito à voz, apoio à maternidade – essencial às trabalhadoras – por parte do governo e combate ao alto custo de vida.

De acordo com Ana Isabel González (2010), em 1914, o Dia Internacional das Mulheres foi comemorado pela primeira vez, em 8 de março, na Alemanha, na Suécia e na Rússia. Mas não é possível afirmar que havia a intenção de perpetuar a data. Renée Côté tentou justificar a escolha do mês de março usando o argumento de que era um mês carregado de significado revolucionário, pois lembrava 1848 e a Comuna de Paris de 1871 (iniciada em 18 de março).

Em 1915, em Berna, na Suíça, foi realizada a (Terceira) Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, na qual as mulheres declararam “guerra à guerra”, reforçando os direitos iguais das mulheres, a necessidade do sufrágio feminino e o êxito do socialismo. Colocaram-se contra o nacionalismo e o chauvinismo, que dividiam a esquerda naquele momento, afirmando-se como internacionalistas. Para as conferencistas, a guerra, que havia começado há oito meses, já tinha destruído elementos de valores culturais inestimáveis. Além do mais, inúmeras vidas humanas foram sacrificadas em nome de uma guerra capitalista, que só atrapalhava a classe trabalhadora em sua missão de libertação dos proletários unidos de todos os países. Lembrando os congressos anteriores, citaram que, em caso de guerra, os socialistas deveriam lutar pelo seu fim e aproveitar a crise econômica e política gerada por ela para agitar o povo e precipitar a queda da dominação capitalista (ZETKIN, 1915).

Foi em 1917 que a comemoração do Dia Internacional da Mulher tomou outras proporções, ainda no contexto do Império russo, em meio à Primeira Guerra Mundial. Depois de dias de um inverno rígido, as mulheres trabalhadoras saíram em protesto contra a deterioração das condições de vida no país, gritando: “Chega de guerra, chega de fome!

Pão aos trabalhadores”. Nas ruas, operários e todos os descontentes com a atuação *tzarista* foram se unindo a essa manifestação, e a guarda imperial recusou-se a atirar contra a população, ao contrário do que aconteceu no domingo sangrento (1905). O *tzar* renunciou. Era o início da Revolução Russa, que seguiu até outubro com a chegada dos bolcheviques ao poder sob o lema “todo o poder aos soviets”.

Com a Revolução de Outubro, Alexandra Kollontai assumiu o Comissariado do Povo para o Bem-estar Social e começou a colocar em prática algumas das reivindicações das mulheres socialistas russas, que proclamavam a abolição da família, no sentido como estava configurada: individualista, com ênfase na divisão sexual do trabalho, do poder e do prazer e orientada pela norma heteropatriarcal. Diferente das exigências atuais de trabalho doméstico dividido,

A abolição da família, em vez do conflito de gêneros dentro dela, era a chave para emancipação das mulheres. A socialização do trabalho doméstico eliminaria a dependência das mulheres para com homens e promoveria uma nova liberdade nas relações entre os sexos. (GOLDMAN, 2014, p.24).

E as mudanças vieram com o direito ao divórcio, reconhecimento da união livre e introdução do casamento civil no lugar do religioso, por exemplo. Assevera Wendy Goldman que, com o intuito de demarcar uma nova formação social, o Código do Casamento, da Família e da Tutela foi retificado pelo Comitê Executivo Central do Soviete. A mulher começou a ter direitos, foi estabelecida a igualdade perante a lei, suas propriedades continuavam lhe pertencendo e não ao marido, como acontecia anteriormente. A adoção não era prevista, pois caberia ao Estado cuidar das crianças. O código trouxe muita discussão entre ser revolucionário ou manter posicionamentos conservadores. Mas, sem dúvidas, foi inovador, mesmo que considerassem que o documento não duraria muito, pois a família e o Estado definhariam até desaparecer com o advento do comunismo (GOLDMAN, 2014).

Após a Revolução Bolchevique, a data de comemoração do Dia Internacional da Mulher foi oficializada entre os soviéticos como celebração da "mulher heroica e trabalhadora" que, caminhando por seus direitos, pelo fim da guerra e da fome, deu início ao processo revolucionário de 1917. Com a mudança do calendário juliano para o

gregoriano, desde 1918 o Dia Internacional da Mulher foi oficializado e comemorado todo dia 8 de março em todo o bloco soviético e espalhou-se pelo mundo.

O mercado, aos poucos, foi esvaziando o princípio original e revolucionário do 8 de março e substituindo-o pelo fetichismo da mercadoria. Passou-se, então, a coisificar as relações, ficando a data propícia para o consumismo de “coisas para a mulher”. Porém, o princípio original vem se reavivando, renovando a ideia de que feminismo e socialismo se conjugam, se mudanças estruturais são pretendidas. Multiplicam-se correntes feministas com tal alinhamento, ou melhor, desalinhamento, o que não significa concordâncias quer em projetos feministas, quer em modelações de utopias, quer sobre o tipo de socialismo que se almeja. No entanto, o que ganha força, neste momento, é a recusa ao capitalismo, tema que será mais explorado a seguir.

## **2 MULHERES – CENÁRIO NO SÉCULO XXI**

Correntes diversas no movimento feminista compartilham princípios no plano de combate às várias violências e por direitos das mulheres, como a igualdade de oportunidades, a valorização do trabalho da mulher e o direito a querer ou não querer ser mãe. Esse último é um tópico muito debatido hoje, colocando-se contra a ideia de que naturalmente toda mulher deseja ser mãe. O reconhecimento de diferenças entre os corpos não embasa ou justifica hierarquias sexualizadas, que por tantos séculos negaram à mulher a condução de sua própria vida.

Faz-se necessária a construção de cidadanias democráticas no público e no privado, o que demanda, portanto, ações contra as divisões sexuais do trabalho, do poder e do prazer e esforços para melhorar as condições de vida de tantas mulheres que se veem expostas às vulnerabilizações impostas por uma sociedade de classe, às discriminações por sistemas que se sustentam por violências e desigualdades, como as de raça/étnicas e as de gênero. Enfim, é necessário combater o que absolutiza a heteronormatividade como a legítima norma das relações sexuais, excluindo outras.

Lamentavelmente, no caso do Brasil, em que pesem diversas conquistas estabelecidas no campo jurídico, de políticas públicas, entre outras, desde o início do

governo Bolsonaro, no qual se combinam uma orientação fascista e uma fundamentalista, acentuam-se perdas de conquistas, ilustradas, por exemplo, pelo estreitamento no conceito de família, desconsiderando a diversidade de tipos de uniões e práticas sexuais. As tentativas de boicote à Lei Maria da Penha, via argumentos de alienação parental, também ilustra os golpes “legais” impostos às conquistas em direitos pelas mulheres.

Outro campo importante que, ao invés de avançar, tem sido um espaço de resistência para não retroceder é a questão do aborto legalizado no país. Hoje, 46 projetos nesse sentido estão em tramitação na Câmara de Deputados, dos quais 40 “proíbem ou criam algum tipo de restrição à legislação vigente, que autoriza a interrupção de gravidez em caso de estupro, risco à mãe e anencefalia. Desses 40, 11 são de 2019. Em 2021 com um novo presidente na casa, o deputado Arthur Lira-PP-AL, que já declarou ser contrário ao aborto, os projetos devem ir à votação”<sup>4</sup>. Há que estar em alerta, em mobilização. Não podemos permitir qualquer retrocesso nesse sentido, ao contrário, devemos descriminalizar o aborto por completo.

São muitos os exemplos de retrocessos nestes tempos de barbárie. A situação de vida das mulheres no Brasil vem se deteriorando e conquistas foram solapadas, mesmo antes da pandemia, o que mais se agrava hoje. A pobreza sempre foi predominantemente feminina, mas esse quadro vem se agravando em tempos de pandemia. De acordo com a ONU: “Em 2021, para cada 100 homens entre 25 e 34 anos vivendo em extrema pobreza haverá 118 mulheres, uma diferença que deve aumentar para 121 mulheres por 100 homens em 2030”<sup>5</sup>.

Uma nova pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com o Ibope Inteligência, mostra que as famílias brasileiras mais pobres, das classes D e E, tiveram as piores quedas de renda, ficando em maior situação de insegurança alimentar devido à pandemia da Covid-19. Segundo o relatório, 30% desses lares deixaram de ter comida em algum momento de julho a novembro.

Além disso, entre todas as classes sociais, as famílias com crianças e adolescentes foram as mais atingidas: 61% viram seus rendimentos domiciliares minguares. A

<sup>4</sup> Levantamento feito pelo Univera-nota por zap de Camila Brandalise, Acesso em: 26.fev.2021.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/92689-evento-na-assembleia-geral-da-onu-pede-compromissos-dos-paises-pela-igualdade-de-genero>. Acesso em: 11.abril.2021.

insegurança alimentar e de renda ainda refletiu em menos estudantes com acesso às atividades escolares e em mais crianças e adolescentes com sintomas relacionados à saúde mental.

Segundo o Fórum pela Democracia<sup>6</sup>, a crise da economia também escancarou as mazelas da desigualdade, atingindo profundamente as populações mais vulneráveis social e economicamente. A taxa de desocupação aumentou de 11,6% da força de trabalho para 14,1% entre o trimestre encerrado em fevereiro de 2020 e o terminado em novembro de 2020. Essa variação representa um aumento de aproximadamente 1,7 milhão de desempregados e atinge a cifra de 14 milhões de desempregados. No mesmo período, 8,1 milhões de trabalhadores perderam suas ocupações e pararam de procurar emprego por força da pandemia. Somado o aumento do número de desempregados com o êxodo de pessoas da força de trabalho, temos um contingente adicional de quase 10 milhões de brasileiros (as) retirados (as) do mercado de trabalho ao longo desse período. Estima-se que, entre os do setor informal e no desemprego, cerca de 45% seja composto por mulheres.

Vários desafios de ontem permanecem hoje, inclusive com novas roupagens, com o reavivamento do conservadorismo, inclusive em sua face fundamentalista. De fato, no Brasil, é um desafio urgente para este princípio de século a luta para evitar retrocessos e pelo Estado laico em vários espaços públicos decisórios, como no Parlamento. Assim como se faz urgente a modelagem de uma frente ampla de feminismos, como aqueles que priorizam a crítica ao capitalismo, ao patriarcado e ao racismo.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, durante a pandemia, caiu o número de registros nas delegacias em 9,1% e aumentou o chamado para o 190 em 3,8% para casos de violência doméstica. Também cresceu o número de feminicídios e, destes, 89,9% foram cometidos por companheiros ou ex-companheiros; 66,6% das vítimas eram mulheres negras. Ainda sobre a violência doméstica, uma agressão física acontece a cada 2 minutos; 1 estupro acontece a cada 8 minutos e mais da metade dos violentados tem até 13 anos de idade (58,8%) e a maioria, 85,7%, é do sexo feminino<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> Manifesto\_do\_Dia\_Internacional da\_Democracia. Disponível em: [15set20.pdf \(cspb.org.br\)](#) Acesso em : 6. mar. 2021.

<sup>7</sup> Anuário Brasileiro de Segurança Pública disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuário-2020-final-100221.pdf>. Acesso em: 18.maio.2021.

Se o 8 de março de 2021 teve a triste marca do “1” do luto por tantas vidas perdidas, inclusive por incompetência governamental, teve também um acento de resistência em letras, haja vista o crescente número de mulheres visibilizadas como escritoras, ensaístas de distintos feminismos críticos, como o feminismo negro, o comunitário, o popular, o decolonial, o da marcha das mulheres e o emancipacionista. Feminismos que conjugam luta antirracista, antipatriarcal e crítica ao mercado e a investidas antidemocráticas do capitalismo.

Destaca-se o “1” de letras a saudar a ampliação da presença de meninas, jovens e mulheres nas ciências, nas artes, nas atividades de *slams*, danças e movimentos sociais nas quebradas. As mulheres brilham em *lives* críticas ao governo, com propostas de bem-viver, subvertendo o monopólio da mídia de mercado. Não se iludam, os movimentos de mulheres vêm subvertendo o que é tido como normal. Batem panela, se manifestam por diversas formas.

É ilustrativa da multiplicação de temas, lugares de luta e tônica de conjugação de demandas por direitos das mulheres com agenda crítica ao *status quo*, ou seja, a crítica ao capitalismo, a rede de 85 entidades de movimentos sociais que assinam o Manifesto 8 de Março Nacional – 2021, “Mulheres na luta pela vida! Fora Bolsonaro, Vacina para toda População e Auxílio Emergencial Já!”. A rede destaca-se pela diversidade da pauta anunciada. No Manifesto, lê-se:

Nossas vidas estão ameaçadas por um projeto de morte, comandado por Bolsonaro e que conta com a cumplicidade e apoio de fundamentalistas e setores conservadores dos poderes jurídico, parlamentar e da grande mídia a serviço do capital nacional e internacional.

Clama-se no Manifesto entre outras rubricas por:

“Justiça à Marielle!

Pela derrubada dos vetos ao PL 735

Por apoio à produção de alimentos saudáveis, fomento e crédito emergencial para a Agricultura Familiar.

Em defesa do SUS! Pela quebra imediata da patente! Vacinação para toda a população pelo SUS!

Pela legalização do aborto!

Pela revogação da Lei da Alienação Parental já!

Pela revogação da EC 95!

Auxílio emergencial até o fim da pandemia!

Fora Bolsonaro e todo o seu governo! Impeachment JÁ!

Insistimos: Um fantasma volta a rondar o continente”<sup>8</sup>

## 2.1 Um grito corre pela América Latina

“América Latina será feminista y socialista!” Tal grito se embaralhou àqueles pela discriminação do aborto, entoados por milhares de mulheres nas recentes manifestações em Buenos Aires. Foi parte de várias manifestações no Brasil, como aquelas por direitos reprodutivos e contra violências em relação às mulheres, como nas de 2016 até as dos tempos da pandemia, misturando-se aos gritos de #Eles Não.

Para Maria Soares et al. (2019), a compreensão de mudanças ocorridas nas relações de gênero no Brasil nos exige entender o novo contexto socioeconômico do país:

As transições urbanas e demográficas são dois fenômenos essenciais da modernidade e acontecem de forma sincrônica durante o avanço das forças produtivas, fruto das conquistas do processo civilizatório. As bases dessas duas transições remontam ao século XIX nos países hoje desenvolvidos e ao século XX nos países em desenvolvimento. (SOARES et al, 2019, p. 17).

Mas “modernidade” é um conceito também sob crítica, em especial pelas perspectivas feministas decoloniais, que insistem que outra história há que ser contada sobre a colonização. Como a exploração das Américas sustentou a modernidade, a dita civilização que viria da Europa, esse conceito torna-se problemático. Por outro “l”, as letras da decolonialidade do saber. Tal corrente chama a atenção para outros sujeitos na história, como os povos originais, os escravizados e do setor informal. Nesses, muitas são as vozes no feminismo, que, diversas, somam-se à crítica ao capitalismo<sup>9</sup>.

No Brasil, um momento em que ficou registrado o protagonismo feminino e suas vozes de reivindicação, somente a título de exemplo, foi nos movimentos secundaristas de 2016. Com as ocupações de escolas, impediu-se seu fechamento e lutou-se para que a educação pública do estado de SP não ficasse ainda mais sucateada, aumentando o número de discentes por sala, salas já com lotação superior ao recomendado legalmente.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/materiais-8-marco-2021/> Acesso: 5.mar.2021.

<sup>9</sup> Não faz parte deste artigo detalhar os diversos quadros do conhecimento feminista crítico atual, como por exemplo as perspectivas decoloniais. Sobre essas, ver, entre outras: SEGATO, 2007; LUGONES, 2014 e diversos textos na publicação organizada por BUARQUE DE HOLLANDA, 2020.

Esse protagonismo feminino foi registrado em um documentário, *Lute como uma menina* (COLOMBRINI; ALONSO, 2017).

Nestes tempos de pandemônio político e pandemia, a agitação no virtual vem seguindo tal desalinho, questionando também o que seriam vieses identitários, ainda que os haja. Muitos movimentos se recusam a serem guetizados. E se multiplicam vozes de grupos de distintas categorias, muitas antes invisibilizadas, como as de organizações de trabalho doméstico remunerado, de mulheres em comunidades, relacionadas a *slams*, afro-futurismo, povo do axé, de educação popular, de comunidades indígenas, entre outros. Combinam questões próprias com uma mesma tônica: compartilhando suas vivências, expondo suas necessidades de sobrevivência, clamando por direitos de distintas ordens, são vocais na crítica ao sistema. O que pede unidade na luta, mas não implica identificação.

É lugar-comum o alerta de que a Covid-19 desmascarou normalidades, como as violências de Estado e mercado, de racismo e de gênero. Resistência se combina com crítica estrutural. Note-se, por exemplo, que os sindicatos ligados à Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) assumiram o papel do ausente Estado, distribuindo, durante a pandemia (de março a dezembro de 2020), cerca de 4.500 cestas básicas, desenvolvendo 28 projetos e participando de inúmeros programas virtuais ao vivo. Denunciaram as condições de trabalho, de vida e vulnerabilidades várias das trabalhadoras domésticas, apresentando narrativas em distintas *lives*, em que cada vez mais se destacam as lideranças, na denúncia da herança da escravidão e da postura do governo atual contra o/a trabalhador/a<sup>10</sup>.

Além da combinação de frentes de lutas, cada vez são mais vocais novos/as sujeitos/as em cena, além do clássico trabalhador em setores formais da economia. Elas, em luta, são trabalhadoras rurais, “membras” de povos originais, quilombolas, mulheres ribeirinhas, pessoas em subalternidades diversas. Muitas, além da identidade de trabalho, se mobilizam pelo direito ao prazer, por sexualidades diversas, ou em recusa de racionalizações discriminatórias. Sublinhamos: são várias classes de lutas nas lutas de classes.

---

<sup>10</sup> Fenatrad – Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas. Disponível em: <https://fenatrad.org.br>. Acesso em: 7.jun..2021

Para Maria Soares et al (2019), o desenvolvimento econômico não é incompatível com o progresso feminino e vice-versa. Para Esther Duflo (apud SOARES et al, 2019, p. 18), o empoderamento das mulheres está positivamente relacionado ao desenvolvimento econômico, sendo que um fenômeno reforça o outro: “em um sentido, o desenvolvimento joga um papel importante na diminuição da desigualdade entre homens e mulheres, em outra direção o empoderamento das mulheres pode beneficiar o desenvolvimento”. Com isso, queremos afirmar que a presente desigualdade de gênero gerada por um capitalismo do subdesenvolvimento agrava cada vez mais a luta de classe no que diz respeito às questões de gênero. Nesse sentido, é possível afirmar que a desigualdade de gênero, nesse contexto de pandemia, atingiu a saúde, a educação, o mercado de trabalho, a desigualdade de gênero no uso do tempo, os arranjos familiares (SOARES et al, 2019, p. 47).

Para outras perspectivas feministas, como a comunitária de orientação decolonial, é preciso ousar mais em radicalidade e questionar modelos de desenvolvimento baseado no produtivismo, na competição, no extrativismo, com a dizimação da natureza, ou seja, não orientado pelo comum e pelo viver bem<sup>11</sup>.

A urgência de gritos de libertação e buscas por modelações diversas do viver, além do capitalismo, com acentos no comum e por propostas libertárias, vem caracterizando estes tempos nas Américas. As desigualdades ainda são meios pelos quais nos prendem, mas dar-se conta delas e modelar resistências é um caminho sem volta. Os gritos rumo às conquistas da equidade de gênero estão cada vez mais fortes a partir dos anos do século XXI. As transformações estruturais, aliadas à luta dos movimentos feministas, são fundamentais para a diminuição das assimetrias e criam uma base sólida para a construção de sociedades baseadas na justiça social, em alguns casos, e, em outros, por radicalidade crítica ao capitalismo e pela busca de outros viveres e querereres.

A equidade de gênero e a luta das feministas por igualdade são uma questão que passa essencialmente pela emancipação humana e pelo trabalho humano, esse capaz de

---

<sup>11</sup> Ver nesta linha PAREDES, Julieta. In: *Ativista boliviana Julieta Paredes fala sobre feminismo comunitário* (apublica.org). Disponível em: <http://apublica.org/2020/05/temos-que-construir-a-utopia-no-dia-dia-diz-a-boliviana-julieta-paredes/>. Acesso em: 7.jun. 2021.

humanizar profundamente toda a sociedade. Mas trabalho que não se define por lucro, mas por criatividade.

A ideia básica do feminismo crítico pode ser assim resumida, embora, insista-se, diversas são suas modelações: a revolução feminista está em curso. Os diversos e importantes movimentos encontrados pela América Latina têm acionado um fundamental processo de transformação social, contudo, a divisão social do trabalho ainda está no seio das relações de produção e reprodução, produzindo desigualdades de gênero/raça/classe, sustentando a prevalência da precariedade. A emancipação feminista ainda está distante, mas torna-se uma utopia possível.

Segundo Bloch (apud FREITAS, 2008, p. 481, destaque da autora):

Ernst relaciona o conceito de utopia com a noção de esperança crítica, apresentando o conceito de *utopia concreta* em oposição ao conceito de *utopia abstrata*. Dá destaque ao caráter positivo da força criadora dos produtos da imaginação social subversiva, ao considerar que a utopia não constitui um topo idealizado ou projeto, mas é, em primeiro lugar, um topo da atividade humana orientada para um futuro; um topo da consciência antecipadora e a força ativa dos sonhos diurnos.

No caso do Brasil e das utopias que foram gestadas nesses últimos anos, as mulheres têm vencido diversas batalhas, entre elas, ter contado com uma presidente mulher (2011-2016), aprovado a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) e a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015), além da luta efetiva em todos os espaços pela igualdade de gênero, raça e classe.

## 2.2 Feminismos – o que nos une à esquerda

Há algum tempo, vários feminismos se afastam da dicotomia luta específica e luta geral e do acento funcionalista que ou separa em hierarquias (classe, gênero e raça) ou embola tudo, em uma miscelânea banal e ineficaz, sem considerar a importância de estratégias emancipatórias, libertárias e projetos de vir a ser.

Perspectivas decoloniais, populares, das comuns, emancipacionistas, dos/das 99%, feminismos negros, mulherismas africanas e tantos outros discutem hoje feminismo e capitalismo por distintas modelações teórico-práticas. Não consideramos tal diversidade

do campo feminista algo negativo, ao contrário, apostamos no alerta que a crítica ao capitalismo hoje passa pela mobilização por alianças, por armar unidades estratégicas, frentes amplas.

Muitos feminismos explicitamente compartilham um acento anticapitalista em prol de renovados projetos socialistas, por frentes críticas à economia política, a modelos de desenvolvimento que marginalizam o bem-viver. Estão em lutas antirracistas, contra sexismos, homofobia e outras expressões de violências patriarcais/etnocoloniais/mediáticas/de Estado e mercado. Pipocam pela região latino-americana, contudo, pouco dialogam entre si ou atravessam fronteiras na América Latina.

De fato, alguns desafios se destacam, como modelar frentes, alianças regionais, combater desencantos por reencantos com os projetos socialista-feministas, combinando a decolonialidade do saber com lutas de classes, ou seja, contra o capitalismo em suas múltiplas formas de poder, observando singularidades nacionais e necessidades sentidas.

Alianças entre feminismos e distintos movimentos sociais vêm sendo feitas timidamente, como no #Elenão, mas devem ser aprofundadas, considerando algumas axiais e frentes de desafios para os avanços na emancipação política no século XXI. O que pede vínculos entre a crítica ao capitalismo e a focalização de direitos.

Ganha distintas dimensões libertárias a luta, por exemplo, contra violências no campo e por direitos sexuais e reprodutivos; contra o homo, a lesbo e a transfobia; pela laicidade do Estado, e contra as violências domésticas e de gênero.

Celebram-se em 8 de março conquistas em direitos sexuais e reprodutivos, mas tais conquistas pedem vigilância, mobilização e ousadia por passos outros. Assim, pede mais investimentos a luta pela descriminalização do aborto e contra a violência obstétrica, por exemplo. Violências que se realizam por princípios de mercado, como a objetificação do corpo feminino e que também se reproduzem com o apoio dos/das vitimizadas, e também pelo mito do amor romântico, pelo estoicismo da mãe, pela subalternidade recompensada pelo dom da dádiva, pela cultura de apropriação do outro, da outra.

Várias correntes do feminismo destacam que um dos grandes desafios à emancipação das mulheres é desvendar, concretamente, como o patriarcado e o capitalismo, ao se combinarem, afetam negativamente as mulheres por sistemas singulares, na classe, como os de raça e de geração.

Seja nas relações homens/mulheres, seja no plano institucional, a apropriação dos corpos das mulheres, sua “objetificação”, bem ilustra a propriedade contemporânea de investir mais no nexos capitalismo e patriarcado, como desafio aos feminismos, na forma de frentes de luta e resistências. Combinando-se a esses esforços, somam-se urgências como a luta por vacina para todos, pelo auxílio emergencial e pela renda mínima básica, o movimento, no caso do Brasil, do “Fora Bolsonaro”, além do reencantamento de muitos subalternizados e subalternizadas por outros horizontes, formas de bem-viver, sem injunções patriarcais, colonial-étnico-raciais e de mercado capitalista.

Também ganham relevo neste momento a mobilização por vacina para todas, todos, todes, a ampliação dos grupos de risco, considerando que trabalhadoras, como as do serviço doméstico e da área de limpeza, entre outras, têm que se deslocar em transporte precário, pois são trabalhadores essenciais.

A mobilização por um auxílio emergencial decente, de imediato e a longo prazo, uma renda mínima, é reivindicação das mulheres, já que são reprodutoras de vida. Vacina, renda, combate a violências e a vulnerabilizações e o movimento antifascista são pautas a unir feminismos de corte crítico ao capitalismo, com acento libertário.

Que a rede de organizações que assinou o Manifesto de 8 de Março pela vida não fique só em letra e se materialize em alianças de resistência e luta por sua agenda.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É político resgatar a história do 8 de março, em tempos em que, até entre algumas correntes feministas, se assume a defesa da experiência, de um corpo contextualizado no presente e pelo presente, e se recusa a pensar, como sugere o marxismo, na relação entre emancipação política e emancipação humana. É político resgatar a história do 8 de março quando faz parte do neoliberalismo a defesa da morte da história. Tal resgate político-social impulsionou este artigo, inclusive lembrando como a urgência do imediato, a exemplo da conquista pelo voto, no início do século XX, sempre se combinou, entre as socialistas, com a posição de que haveria que ir mais além.

Embora seja um dia muito festejado, o 8 de março, como vários autores já destacaram, sofreu uma descaracterização quanto ao seu sentido histórico, sendo sequestrado pelo mercado, destituído de seu sentido de luta, por avanços libertários nas relações de gênero; por protestos que têm no bater latas e panelas a combinação de manifestações, mas que se unificam no nível conjuntural, em uma luta por democracia. Democracia que se assume como o direito à vida, contra negacionismos à ciência, e que vai também contra expressões heteropatriarcais e contra aquelas que se pautam por racismos e por outros processos que acionam desigualdades sociais. E que destaca ainda letras no feminismo, em especial no feminismo crítico, ou seja, combinando, como se sublinha no artigo, vários eles (ou Is), ou seriam elas?

Investimos no resgate histórico do dia 8 de março e defendemos a tese de que os vínculos entre os distintos “Is”, construtos do 8 de março, vêm sendo resgatados no continente por uma geração que sai das caixas binárias, com lutas gerais e específicas, reivindicações por subjetividades feministas “x” agendas de lutas de classe. Cada vez mais se afirma, ainda que por correntes feministas com práxis e marcos teórico-conceituais singulares, algo que une todas, no campo do feminismo crítico: o reconhecimento de que há que se combinar perspectiva crítica ao capitalismo com um projeto avesso ao heteropatriarcalismo e ao racismo estrutural.

É um socialismo que vem se fazendo, que na América Latina toma as ruas e os canais virtuais, que desafia cânones, inclusive de forças contra o capitalismo, que se assustam com tais sujeitas que se recusam a serem enquadradas como identitárias ou divisionistas por identitarismos, mas corporificam o “I” de liberdade libertária, o “I” de lata/luta, o “I” de letras, em narrativas radicais quando se anunciam no grito: “A América Latina será um dia feminista e socialista”.

## REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2020. Brasil: Fórum brasileiro de segurança pública, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/anuario-2020-final-100221.pdf>. Acesso em: 18 mai.2021

COLOMBRINI, Flávio; ALONSO, Beatriz. Lute como uma menina. **Revista Pedagógica**, Chapecó – RS, v.19, n. 40, jan./abr. 2017. Textos audiovisuais.

DOI: <https://doi.org/10.22196/rp.v19i40.3764>. Acesso em: 27 jun. 21.

FREITAS, Ana Lúcia Souza. In: STRECK, Danilo R. (Coord.). **Utopia**. 4.ed.rev.amp. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2018. p. 481-482.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, estado e revolução**: política soviética e da vida social entre 1917 e 1936. São Paulo: Boitempo, 2014.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**. São Paulo: Expressão Popular: SOF – Sempre Viva Organização Feminina, 2010.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.) **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**. São Paulo: Francisco Alves, 1963.

KOLLONTAI, Alexandra. “O dia da mulher”. Pravda, 17 de fevereiro de 1913. Trad. Cecília Rosas. In: SCHNEIDER, Graziela. (Org.). **A revolução das mulheres**: emancipação feminina na Rússia soviética: artigos, atas, panfletos, ensaios. São Paulo: Boitempo, 2017.

KOLLONTAI, Alexandra. Na Rússia também haverá um dia da mulher. 1914. Trad. Cecília Rosas. In: SCHNEIDER, Graziela (Org.). **A revolução das mulheres**: emancipação feminina na Rússia soviética: artigos, atas, panfletos, ensaios. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOUREIRO, Isabel. (Org). **Rosa Luxemburgo**: Textos escolhidos 1. Tradução por Stefan Fornos Klein et. al. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.

SEGATO, Rita. **La nación y sus otros**: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.p 13-70

SOARES, Maria Covre Sussai. Et. al.. In: AVELAR, Lúcia; BLAY, Eva Alterman. (Org.). **50 anos de feminismo**: Argentina, Brasil e Chile: A construção das mulheres como atores políticos e democráticos. São Paulo: Ed. da FAPESP, 2019.

ZETKIN, Clara; DUNCKER, Käte. **Proclamación del Día Internacional de la Mujer (8 de marzo)**. Segunda Conferencia Internacional de Mujeres Socialistas, Copenhague, 26-27 de agosto de 1910. (Propuesta y redacción de Clara Zetkin, Käte Duncker y otras compañeras) Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/tematica/mujer/la-internacional-de-mujeres-socialistas/2da-conferencia-1910/1910-08-27-proclamacion8marzo-zetkin.pdf> Acesso em: 4 abr. 2021.

ZETKIN, Clara. **Resolución de la Conferencia Extraordinaria de la Internacional de Mujeres Socialistas**. Berna, 26, 27 y 28 de marzo de 1915. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/tematica/mujer/la-internacional-de-mujeres-socialistas/3ra-conferencia-1915/1915-03-28-reso3confimmss-zetkin.pdf> Acesso em: 4 abr. 21.

Recebido em: 21-06-2021

Aprovado em: 16-09-2021

Publicado em: 12-10-2021